

## MOÇÃO DE DESCONTENTAMENTO

No passado dia 23 de Novembro foi presente à Assembleia Geral da CNIS o seu Plano de Acção e Orçamento para 2020.

Para surpresa dos presentes (e ausentes mas que tinham lido o documento) nem na mensagem do Presidente, Sr. Padre Lino Maia nem no restante documento é abordada a gravíssima situação de largas centenas de IPSS que estão com uma situação financeira gravíssima e muitas delas à beira de processos de insolvência.

Um Plano de Acção de uma Organização deve mostrar as questões mais importantes que serão trabalhadas no ano a que se refere. Consideramos como muito grave a não inclusão de qualquer referencia ao que irão reivindicar junto do Governo para ultrapassar a grave situação de quase 50% das IPSS Portuguesas.

O nosso Portugal infelizmente ainda é um País de enormes assimetrias regionais, o que significa que os rendimentos dos nossos utentes são de uma enorme diversidade. Esta situação implica que IPSS com valências iguais e custos semelhantes têm situações economico financeiras muito diferenciadas, pois os valores dos acordos com o Instituto de Segurança Social são os mesmos.

Face a esta realidade é imperioso que se tomem medidas urgentes para evitar o colapsar de dezenas de IPSS com o respectivo impacto nas comunidades locais, e que finalmente entremos no verdadeiro caminho da tão desejada sustentabilidade.

Assim as IPSS do Distrito de Setúbal reunidas em Assembleia Geral no dia 9 de Dezembro de 2019 decidem:

1. Exigir que todos os factores externos às IPSS que impliquem um aumento dos custos das Instituições, sejam acompanhados por aumentos percentuais equivalentes nos valores dos acordos com o ISS, sejam acordos tipicos ou acordos atipicos.
2. Exigir que o valor percentual da TSU referente às entidades empregadoras seja reduzido a zero ou que sofra uma redução substancial face à finalidade social das IPSS.
3. Exigir que se crie um **novo modelo de cooperação e participação dos valores a transferir pelo Estado para as IPSS**, que tenha em consideração a variabilidade dos rendimentos dos utentes.
4. Exigir que não haja cortes financeiros nos acordos com o ISS quando o número de utentes diminui, pois os encargos de funcionamento basicamente não sofrem alterações, e tendo em atenção a impossibilidade legal da extinção de postos de trabalho.
5. **Exigir que a sua representante perante o Governo, a CNIS, tenha uma intervenção mais assertiva nas discussões com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Saúde e Ministério da Educação, em todas as questões relacionadas com a defesa dos interesses das suas associadas e respectivos utentes, nomeadamente nos pontos 1, 2, 3 e 4 desta Moção.**

Setúbal, 09 de Dezembro de 2019

A presente Moção deverá ser enviada para:

- Direcção e restantes Órgãos Sociais da CNIS
- Restantes UDIPSS do País
- Centro Regional Segurança Social de Setúbal
- IPSS do Distrito de Setúbal
- Câmaras Municipais do Distrito de Setúbal
- Comunicação Social Regional e Nacional
- Partidos Políticos com assento na Assembleia da República

Proponentes:

- Centro Social de Palmela
- Centro Jovem Tabor